



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 2/2006

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL
DE 2006: -----**

----- Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e o Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Luís Filipe da Silva Cainé, Pedro Nunes, Narciso Patrão António, Dr. Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Manuel Ferreira Inocência, Marco António Saborano Custódio, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11 de Janeiro, justificou as faltas dos Srs. Deputados Dr.^a Isabel Cristina de Carvalho Jorge, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram vinte e uma horas e vinte minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

----- **LEITURA DO EXPEDIENTE:** -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro para dizer que, tinha em sua posse uma carta do Sr. Deputado Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego dizendo que por motivos pessoais, inadiáveis, não podia estar presente na Assembleia. Recebeu também uma carta do Sr. Deputado Pedro Nunes dizendo que, devido a compromissos assumidos antes de conhecimento da data da sessão ordinária, não lhe seria possível estar presente no início dos trabalhos, esperando assim chegar para o período da ordem do dia. Tinha também uma comunicação da Sr.^a Deputada Dr.^a Cristina Jorge no mesmo sentido. Disse ainda que tinha um documento da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que dizia respeito ao acesso aos documentos administrativos, acções de formação ANMP/Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), de que fez distribuir cópias a todos os Srs. Deputados Municipais. -----

----- **APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES:**-----

----- Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi posta à aprovação a acta da sessão ordinária realizada em 21 de Novembro de 2005, tendo sido **aprovada por**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

unanimidade; a acta da sessão extraordinária realizada em 29 de Dezembro de 2005, tendo sido a mesma **aprovada por maioria** com uma abstenção do Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos por não ter estado presente e por último a acta de 24 de Fevereiro de 2006 onde interveio o Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço para referir que na página 45 onde dizia que o Sr. Deputado se tinha ausentado da Sessão às 17:30 devia constar às 19:30, por ter sido, de facto, a hora que o Sr. Deputado se ausentou. Interveio igualmente o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário para dizer que se devia ser uniforme no tratamento das pessoas pelo seu grau académico. Nas intervenções da Dr.^a Cristina Jorge, a senhora Deputada não tinha sido tratada como tal. Passou-se à aprovação da acta, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 3 abstenções dos Srs. Deputados Dr. Luís Miguel Mingatos, Gabriel Miranda Pinho e Albano Lourenço por não terem estado presentes na sessão a que a mesma se reporta. ---

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara Dr. Manuel Martins para cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e todos os seus elementos, os Srs. Deputados e público presente. Disse ainda que lhe cumpria substituir o Sr. Presidente da Câmara, dada a sua ausência e justificou também a ausência da Sr.^a Vereadora Dr.^a Sandra Pereira pelo motivo de estar a representar a Câmara Municipal na Casa do Povo. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Gabriel Miranda Pinho que começou por dizer que há muitos anos que eram debatidos na Assembleia o problema de muitas obras no



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concelho, nomeadamente o problema da Ponte do Cabo do Mar, do largo de Portomar, da Ponte do Rato Frade etc.; que, desde o tempo em que o Sr. Rocha de Almeida tinha sido presidente da Câmara Municipal, passando pelos oito anos de presidência do Dr. João Reigota, quatro do Dr. Mário Maduro e novamente o Dr. João Reigota, as culpas tinham sido sempre dos políticos e os técnicos nunca tinham sido responsabilizados; que, na sua opinião e depois de ter reflectido durante os quatro anos que não tinha estado na Assembleia, os técnicos tinham sido os mesmos durante estes anos, excepto os que se reformaram, e como tal eram eles que deviam assumir as culpas. Há catorze anos quando o Sr. Rocha de Almeida tinha sido presidente da Câmara Municipal, tinha mandado executar o tapete desde a Presa até ao centro de Carapelhos, incluindo a rua dos Olivais e a rua do Comércio; que, na rua das Flores tinha ficado uma lagoa que não dava para levar nem 30 litros de água. No tempo do Sr. Rocha de Almeida, tinha sido pedido aos técnicos para romperem a estrada, apenas dois metros, com uma queda para o norte e a resposta do técnico tinha sido que, a solução não era viável e que não iria romper o tapete que tinha sido colocado há pouco tempo; que, passados todos estes anos não tinha havido um técnico que tivesse conseguido resolver o problema, tinha sido necessário o Dr. Martins, que era médico, ir substituir um técnico para que, com um simples tubo o problema ficasse resolvido. Para terminar disse que o Dr. Manuel Martins para além de ser um bom médico, era também um grande político porque tinha ido resolver um problema de um técnico e que, os técnicos tinham que passar a ser responsabilizados por aquilo que faziam.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário usou da palavra para, relativamente à hora de realização da Assembleia, dizer que na sua opinião as Assembleias deveriam ser realizadas à noite, permitindo uma maior participação cívica dos munícipes e dando aos Srs. Deputados a possibilidade de exercerem as actividades profissionais, contribuindo, de alguma forma, para a sua rentabilidade. Registou com agrado a presença do Sr. Deputado Luís Filipe Cainé que tinha tido um pequeno problema de saúde. Disse ainda que tinha lido num jornal local afirmações feitas pelo Sr. Presidente da Cooperativa, Dr. Carlos Castelhana, sem ter visto da parte da Câmara Municipal qualquer desmentido; que, pensava que a Cooperativa estava comprada mas por aquilo que tinha lido da entrevista do Dr. Carlos Castelhana não tinha sido essa a opinião com que tinha ficado e como tal gostaria de ser esclarecido. -----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo para dizer que tinha uma questão para colocar ao Sr. Presidente da Câmara mas como o Sr. Presidente não estava presente, iria deixaria para uma próxima oportunidade. Disse ainda que na última reunião o Sr. Presidente da Câmara tinha dito que, com a alteração do sítio do Campo de Golfe, o Município de Mira teria algumas contrapartidas da parte do governo, sobre as quais o Sr. Deputado lhe tinha pedido para as fazer valer. Para que não restassem dúvidas passou a ler algumas linhas da acta da Câmara Municipal de 14 de Novembro de 2000 onde constava “ *O Ministro do Ambiente, Eng.º José Sócrates, afirmando compreender toda a situação, mostrou-se disponível para estudar, com a Autarquia, uma alternativa, desde logo afirmando que estava pronto a aprovar e a financiar um*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

projecto para o local do Golfe, desde que fosse compatível com as normas ambientais do “Natura 2000”. Estava ainda disponível para estudar uma realocação do Golfe, noutra espaço, não integrado no “Natura 2000”. Terminou dizendo que tirassem as ilações que entendessem. -----

----- Interveio o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Manuel Martins, para relativamente ao discurso que tinha sido feito pelo Sr. Deputado Gabriel Miranda Pinho dizer que, para si em primeiro lugar estavam as pessoas e que continuava a confiar no trabalho dos técnicos da Autarquia. No tocante à intervenção feita pelo Sr. Deputado Dr. Juan Apolinário disse que o executivo não debatia os assuntos nos jornais. No tocante ao assunto da Cooperativa o que tinha presente era que a Cooperativa tinha negociado com a Câmara Municipal onde a mesma se tinha comprometido em fazer o pagamento que, estava quase feito, na totalidade, só ainda não tinha sido escriturado. -----

----- Interveio o Sr. 1.º Secretário Eng.º Calisto Coquim para dizer que a sua intervenção se prendia com as obras da Câmara Municipal; que, apesar de o Município estar com algumas dificuldades financeiras não tinham deixado de ser feitas obras importantes que tinham congratulado bastante as populações, nomeadamente e uma vez que o Sr. Deputado era da parte norte do Concelho, congratulava-se com o andamento dos trabalhos da Variante Norte, questionando o executivo se a obra iria ser terminada antes do Verão, uma vez que seria bom tanto para o acesso ao Poço da Cruz bem como à Praia de Mira. Terminou deixando uma nota de que, muitas vezes, as obras terminavam e os pormenores relativos à segurança nem sempre ficavam acautelados, no



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

caso concreto sugeriu que fosse visto o pormenor da sinalização vertical uma vez que existiam muitos caminhos agrícolas, a estrada para Calvão e mesmo a própria indicação de Variante. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul José de Almeida para, tal como o seu colega de bancada Dr. Juan Apolinário, dizer que se congratulava pela iniciativa da Assembleia Municipal se ter realizado à noite, uma vez que se tinha registado um maior número de presenças, contudo esperava que não fosse uma forma de limitar a discussão e que se houvesse necessidade de ficarem até mais tarde, todos deveriam fazer esse esforço. Relativamente à Cooperativa lembrou que, era de opinião que as questões não deviam ser discutidas em público mas que podia ter havido um desmentido por parte da Câmara Municipal, relativamente ao artigo publicado, porque as pessoas tinham ficado com a sensação de que nada tinha sido feito e que estava a ser tudo renegociado e tudo feito de novo. No tocante ao Centro Cultural disse que tem estado na comunicação social e em discussão nas reuniões de Câmara, a resolução do contrato do Centro Cultural; que, era inteiramente contra, tendo já demonstrado o desagrado relativamente à situação, às trapalhadas, intervenções e discussões que tinham havido, nomeadamente no tocante aos trabalhos a mais, à forma como o processo tinha sido conduzido, o facto de os projectistas não terem sido ouvidos no devido tempo etc.; que, gostava da parte do executivo saber quais os custos do acordo com o empreiteiro, qual o valor da indemnização, se já existia algum estudo para os custos de reposição da obra ou algum orçamento para a reparação; que, segundo aquilo que tinha sido dito pelo Sr. Presidente



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Câmara, era uma obra de 800.000,00€ e como tal gostaria de saber qual o valor que a Autarquia iria pagar para por a escola como estava e qual o valor da indemnização ao empreiteiro. -----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos para dizer que tinham sido calcetados os passeios da Lagoa mas que não tinha sido feita a consolidação, não tinha sido batida a pedra nem colocada a argamassa que, servia para estabilizar o passeio; que, havia erva a crescer, carros que estacionavam em cima do passeio danificando-o; que, perante esta situação gostaria de saber se estava prevista alguma intervenção na obra. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Manuel Martins, usou da palavra para dizer que tudo indicava, relativamente à Variante Norte, que as obras iriam terminar antes do Verão, atendendo a que os trabalhos tinham estado a decorrer em bom ritmo; que, a parte de lancilagem e movimentação de areias tinha sido feito pela Câmara Municipal e o tapete já estava adjudicado; que, a sinalização já tinha sido adjudicada e que já estavam a ser feitos alguns acautelamentos nas entradas da Variante, para prevenir os acidentes que pudessem vir a resultar. No tocante ao Centro Cultural disse que tinha sido deliberado em reunião de Câmara, a resolução do contrato com a justificação de que o empreiteiro considerava imprescindível para a execução das obras, mais de 25% de trabalhos extra; que, naquele dia tinha sido acordado o contrato resolutivo convencional e posteriormente todas as informações sobre os custos iriam ser dadas nos sítios próprios. Da intervenção do Sr. Deputado Dr. Luís Mingatos disse que os passeios



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deviam ser feitos com algum rigor e que era responsabilidade da autarquia fazer o acompanhamento dos trabalhos; que, sem querer condenar ninguém, para bem do Concelho, era necessário a colaboração das pessoas no sentido de ajudar a identificar quem estacionava em cima dos passeios ou quem contribuía para a sua danificação, para que se pudesse actuar nesse sentido; que, a intervenção nos passeios estava a ser feita por sectores, actualmente na zona do Casal e anteriormente junto à Casa da Criança e com apenas dois calceteiros da Câmara Municipal, tentar-se fazer o melhor.-----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos para, em direito de resposta, dizer ao Sr. Vice Presidente da Câmara se quisesse acautelar os interesses do Concelho devia intervir rapidamente porque iria gastar pouco dinheiro e pouco tempo, caso contrário, iria ser mais custoso para o Município uma vez que os carros iriam continuar a danificar cada vez mais o que já estava. -----

----- Também em direito de resposta usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que o Sr. Vice-Presidente da Câmara não tinha dito se existia ou não algum orçamento para tapar o “buraco” que lá existia e como já tinha sido assinado o contrato de indemnização e resolução com o empreiteiro gostaria de saber qual tinha sido o montante pago uma vez que seria do interesse de todos os munícipes e em particular da Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Vice-Presidente, Dr. Manuel Martins, em resposta ao Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida disse que tinha sido apenas um pré-acordo e que tudo iria ser informado em Reunião de Câmara. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para, relativamente à intervenção do Sr. Deputado Gabriel Pinho, dizer que o Sr. Deputado podia ter dito as coisas de outra forma; que, tinha sido uma forma muito pouco dignificante e como técnico tinha-se sentido também humilhado. No tocante ao problema das águas residuais do Concelho, questionou para quando a sua resolução, porque continuavam a esgotar para as valas e para a barrinha; que, as normas Comunitárias não permitiam que elas estivessem a escorrer para as valas, lagos ou albufeiras sem serem tratadas. Para terminar sugeriu que fosse pedido à CCDRC ou ao Ministério do Ambiente a destruição do açude da Vala da Cana, porque tinha deixado de fazer sentido uma vez que já não controlava níveis de água e em contrapartida, a construção de um açude insuflável que era regulador de níveis de água. Relativamente à Barrinha disse que existia uma vala a sul que tinha sido destruída pela intervenção humana e que a parte sul estava cheia de lamas orgânicas e que seria importante a reactivação da vala sul para minimizar os estragos que estavam feitos.-----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo para saber em que situação se encontrava, na Videira Sul, a área abrangida pelos baldios; que, tinha tido conhecimento que já havia uma decisão judicial e que tinha um documento, concretamente uma certidão emitida pela Câmara Municipal, dizendo que não constava nos verbetes dos processos de arquivo, num determinado nome, nenhum processo de obras referente a uma casa de habitação no lugar de Videira Sul; que, a Câmara Municipal passava o documento a qualquer pessoa que o pedisse, mas propunha que a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal verificasse a quem passava a certidão para evitar que fossem passadas certidões para terrenos que não correspondessem aos verdadeiros nomes. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário para, aproveitando a presença do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, dizer que deviam investir em pequenas coisas, nomeadamente, o embelezamento das entradas a norte e a sul do Concelho; que, por exemplo ao passar do Concelho de Cantanhede para o Concelho de Mira notava-se uma maior degradação das estradas. Disse ainda que naturalmente existiam estratégias políticas e linhas que diziam respeito única e simplesmente à Câmara que estava eleita, mas que era necessário aproveitar os projectos que vinham do passado, concretamente, o do Centro Cultural; que, os recursos tinham que ser aproveitados, caso contrário estariam a ser delapidados. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Gabriel Pinho para dizer que partilhava da mesma opinião que o seu colega Dr. Juan António no tocante ao embelezamento das entradas do Concelho; mais, que Carapelhos continuava muito mal sinalizada, tinha-se realizado lá no último fim-de-semana, a apresentação do livro onde compareceram convidados de todo o país e tiveram dificuldade em identificar a localidade; que, era a freguesia mais mal sinalizada do Concelho. Pediu desculpas ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro se o tinha ofendido na sua última intervenção; que, não tinha sido sua intenção mas que era de opinião, se um técnico falhava devia ser ele responsabilizado por isso e não os políticos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Usou da Palavra o Sr. Vice-Presidente, Dr. Manuel Martins, para relativamente às águas residuais dizer que era um problema e que os custos eram elevadíssimos, era um assunto que iria ser averiguado. No tocante à destruição do açude da Vala da Cana disse que tinha registado a sugestão e que seria um assunto para levar junto do Governador Civil que iria estar no Concelho no mês de Maio. Quanto à vala sul que ajudava na limpeza da Barrinha, disse que o Eng.º Rui Silva tinha um projecto para esta situação. Relativamente aos baldios disse que tinha havido uma questão que tinha sido ganha pela Câmara Municipal e que havia uma impugnação da escritura da Videira Norte. Em resposta à intervenção do Sr. Deputado Dr. Juan António disse que a rotunda norte era da responsabilidade das Estradas de Portugal e que tinham estado a negociar com eles para poderem mexer na rotunda. Para terminar disse que tinha registado a intervenção do Sr. Deputado Gabriel Pinho e junto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia prometeu resolver a situação da sinalização.-----

----- O Sr. Deputado Eng.º Virgílio Cravo Roxo em direito de resposta disse que tinha apenas alertado para que a Câmara Municipal tomasse uma posição relativamente aos documentos que passava, averiguando se de facto o contribuinte, não tinha nada naquela zona. -----

----- No seguimento da intervenção anterior o Sr. Vice-Presidente, Dr. Manuel Martins, pediu ao Sr. Deputado para lhe deixar uma cópia da referida Certidão.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Narciso Patrão para relativamente aos “taipais” dizer que os gostos eram relativos e que o logotipo não lhe parecia estar muito destacável ao



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contrário do “taipal” que era o mais importante. No tocante à rotunda norte disse que na sua opinião devia ser melhorada e arranjada. Disse ainda que, já tinha defendido a posição que as obras que tinham sido começadas pelos anteriores executivos deviam ser continuadas e acabadas pelos actuais executivos mas que, não concordava com o anterior executivo, quando este pedia que fosse feito aquilo que o próprio não tinha feito.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para dizer que tinha gostado da intervenção do Dr. Juan António mas que era pena, que há quatro anos não tivesse tido a mesma intervenção, relativamente ao cinema da Praia de Mira e ao Mercado. Disse ainda que tinha recebido uma factura da PT que tinha uma taxa Municipal de direito de passagem e que gostaria de saber se a verba entrava na Câmara Municipal. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Luís Filipe Barreto para dizer que gostaria de se associar às palavras que tinham sido ditas, relativamente à hora a que estava a ser realizada a presente sessão, felicitando o Sr. Presidente pela marcação. Esperava que fosse para continuar, porque permitia uma maior participação cívica e em termos de horário de trabalho, a ausência de faltas. Relativamente às comissões da Videira Norte e do Pólo II já tinha questionado o executivo quem eram os técnicos, quem fazia parte das comissões e que trabalho faziam, mas que apenas tinha obtido como resposta, que estavam a trabalhar; que, já estavam com oito meses de trabalho e que, certamente, já haveria alguma coisa para mostrar. No que dizia respeito às obras que tinham sido realizadas na Presa, na rua de Canto e na rua da Escola, com a execução de saneamento,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

águas pluviais e com posterior ligação à ETAR, tinha sido dito que a obra padecia de inúmeros problemas; que, tinha constatado, passados oito meses, que a colocação do piso tinha sido a única coisa lá feita; que, a ligação à ETAR implicava rasgar 200 metros numa estrada nacional e que passados dois meses de ter sido rasgada já devia ter sido tapada com alcatrão mas que, continuava sem perceber quais eram as dificuldades existentes na obra. -----

----- Usou da palavra o Dr. Raul de Almeida para se dirigir mais concretamente à bancada do Partido Socialista porque alguns dos seus elementos tinham ficado bastante indignados pelo facto do cinema da Praia ter acabado mas que, ainda não tinha ouvido, por parte da mesma bancada, questionar se era ou não uma boa solução acabar com o Centro Cultural. Disse ainda que tinha estado presente na cerimónia da Incubadora, na assinatura dos protocolos com a Universidade de Aveiro, a qual tinha achado bastante interessante e com agrado tinha visto que o executivo estava a querer levar o projecto por diante; que, tinha ouvido da parte do Sr. Presidente da Câmara, por diversas vezes, dizer que acreditava no projecto, apesar das dificuldades nomeadamente problemas estruturais, os terrenos à volta para o parque tecnológico, as infra-estruturas para o edifício sede da incubadora etc.; que, uma vez que tinham dado continuidade ao projecto gostaria de saber, nos seis meses que já tinham passado, o quê que tinha sido feito para a aquisição dos terrenos para o parque tecnológico e o quê que tinha sido feito, em termo de infra-estruturas para o edifício sede. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Eram vinte e duas horas e vinte cinco minutos quando se verificou a entrada na sessão do Sr. Deputado Pedro Nunes.-----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Dr. Juan António que começou por dizer que não se revia no princípio da coerência do Sr. Deputado Carlos Monteiro; que, sempre manteve um discurso coerente ao longo dos mandatos, independentemente de estar na oposição ou no partido, já o mesmo não podia dizer do Sr. Deputado, porque ao ler as suas intervenções em actas anteriores, tinha verificado comportamentos e posições antagónicas sobre o mesmo assunto. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Narciso Patrão disse que, por terem sido feitos erros no passado não significava que se continuassem a fazer os mesmos erros porque quem pagava os erros eram todos os munícipes de Mira. No caso concreto do Mercado Municipal lembrou que tinha sido uma obra sem cabimentação, feita clandestinamente, com fins eleitoralistas. -----

----- Em direito de resposta o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro disse que tinha sido posta em causa a sua dignidade; que, muitas vezes tinha ajudado o anterior executivo em algumas decisões e que gostaria que o Sr. Deputado lhe referisse qual tinha sido o ponto em que ele tinha entrado em contradição.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário para em resposta ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro dizer que bastaria ler, em actas anteriores, o que o Sr. Deputado tinha dito relativamente à água e mais concretamente sobre o furo dos Maçaricos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro interveio mais uma vez para dizer que tinha documentação que provava, que não tinha tido duas posições diferentes. -----

----- Assumiu a mesa da Assembleia o Eng.º Calisto Coquim e o Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro a posição de Deputado para relativamente à rotunda do Cabo do Mar dizer que apesar de existirem outras opções, não tinha ficado nada mal. No tocante à suspensão das obras do Centro Cultural disse que o Sr. Vice-Presidente da Câmara tinha referido um ponto que devia ser tido em consideração por todos; que, os trabalhos a mais ultrapassavam os 25%, o que era ilegal; que, se a autarquia tinha dialogado com o empreiteiro e não tinham conseguido reduzir abaixo de 25%, que então a resolução do contrato seria a melhor solução, sob pena de se estar a criar num buraco um segundo buraco orçamental; que, quando nos deparávamos com uma obra que continha o defeito de ter trabalhos a mais era porque o projecto estava mal feito, com problemas que não tinham sido acautelados; que, se no início já existiam 25% de trabalhos a mais, no fim, a derrapagem seria muito superior como tinha sido o caso da Casa da Música no Porto, a Ponte Europa, actualmente com outro nome; que, independentemente do Concelho de Mira necessitar de um Centro Cultural, devia-se cortar o mal pela raiz. Depois de uma análise rigorosa por parte da Câmara Municipal seria feita uma análise a um novo projecto. -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Manuel Martins usou da palavra para dizer que a resposta à questão do Sr. Deputado Narciso Patrão já tinha sido dada. Disse ainda que, gostava que ficasse bem expresso naquela Assembleia que não queria que o seu



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executivo no final de mandato, antes das eleições, começasse a fazer obras. Relativamente à taxa municipal de passagem que tinha sido referida pelo Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro disse que não tinha entrado nada na Câmara Municipal. No tocante à questão da Videira Norte disse que continuava a reunir-se todas as semanas e que estava a ser feito um levantamento de todas as pessoas que continuavam interessadas para a actualização do processo e que o Pólo II estava em fase de resolução. Na questão das obras da Presa disse que tinha acompanhado as obras dizendo que não tinha sido nada fácil; que, foi feito o saneamento e colocado lá uma ETAR e que era bom que pudessem tapar logo, mas convinha que as terras abatessem um pouco para que depois fosse colocada a pavimentação; que, esperava que a obra ficasse bem feita e que tem feito pressão sobre os empreiteiros para que as coisas fossem resolvidas. Relativamente à Incubadora e ao Parque Tecnológico disse que apenas tinham decorrido 6 meses desde que tinham assumido o mandato, tendo aquelas estruturas muito mais tempo. De qualquer forma, disse que já tinham avançado com o saneamento da rua do Matadouro estando o concurso para ser lançado na próxima semana. Para terminar agradeceu as palavras do Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida interveio para dizer que o direito de resposta era um direito que assistia a todos e que não era uma intervenção; que, se não houvesse direito de resposta os assuntos não ficariam cabalmente esclarecidos.-----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º1, do art.º 53. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro” -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Manuel Martins interveio e disse que relativamente ao ponto mencionado e de acordo com a informação dos serviços, tinha uma informação sumária da situação actual da Autarquia a 24 de Abril de 2006 a qual focava taxas de execução, resumo de tesouraria e endividamento de curto e longo prazo; que, era postura da Autarquia controlar e diminuir as despesas correntes e o endividamento. Disse ainda que constavam também, relatórios dos serviços da Divisão de Obras Municipais e da Divisão de Acção Cultural e Desporto, relativamente ao trabalho executado nos meses de Março e Abril do ano corrente. -----

----- PONTO DOIS: “Aprovação, nos termos do disposto na alínea c), do n.º2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2005 e Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2005” -----

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara para dizer que na prestação de contas havia a realçar as baixas taxas de execução que foram: da receita global de 44% e da despesa global 39%; que, a taxa de execução da receita corrente tinha sido elevada, cerca de 80,6%, enquanto que a de capital tinha sido baixa, cerca de 17,5% o que tinha feito com que houvesse uma fraca concretização do Plano Plurianual de Investimento



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que apresentava uma taxa de execução de 14,4%, porque tinham previsto 1.429.000,00 euros dos Contratos-Programa, dos quais tinham sido apenas arrecadados 318.000,00 euros; que, não tinham sido aprovados os contratos de Programa do Centro Cultural de Mira, da requalificação do lugar da Presa e a sinalização da estrada da Barra. Os projectos Comunitários da pista pedonal Mira – Calvela, do Parque Municipal de Campismo, infra-estruturas e unidades complementares não tinham sido também aprovados e a receita, ainda não concretizada, pela venda de terrenos. Em suma, havia um Orçamento empolado que se traduzia em baixas taxas de execução e endividamento. Relativamente ao património disse que tinham sido cumpridos os critérios de inventariação e de valorimetria articulados com a contabilidade e que, ainda havia muito trabalho a fazer em termos de registo na Conservatória que era um objectivo da Câmara Municipal. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário que começou por louvar o relatório de gestão que tinha vindo a ser melhorado, o grafismo e o trabalho efectuado pelos técnicos que também tinha vindo a melhorar. Disse ainda que quando o Presidente da Câmara ia para os jornais e em diversas ocasiões, tinha apresentado números completamente díspares da realidade, denotava alguma falta de rigor que seria necessário conter porque para os investidores, traçar um quadro negro nem sempre era muito correcto; que, não tinha trazido os jornais mas que se fosse necessário poderia vir munido deles, em que o Sr. Presidente da Câmara já tinha referido diferentes números, nomeadamente 7.000.000,00 euros, ultimamente no Diário de Coimbra 14.000.000,00



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros etc. que, conforme o local o Sr. Presidente da Câmara falava em números totalmente diferentes. Reportou-se àquilo que já ali tinha sido dito relativamente às obras a mais e disse que por detrás daquilo, poderia haver alguma estratégia; que, o Sr. Presidente da Câmara tinha falado por exemplo num jornal, não local, mas regional em 700.000,00euros, noutro jornal também regional e não local em 800.000,00 euros e mais tarde tinha falado ainda em valores na ordem de 1.000.000,00 euros; que, na sua opinião tinha que existir algum rigor, neste tipo de questões, porque estava a ser transparecida para fora uma imagem diferente do Concelho; que, relativamente à dívida, não estava muito diferente da dívida de 2001, quando tinha havido mudança de executivo uma vez que, andava na ordem dos 7.000.00,00 euros mas que gostaria de saber, qual a necessidade de falarem em valores tão elevados como por exemplo valores na ordem dos 14.000.000,00 euros. No caso concreto da Incubadora disse que, se a Câmara Municipal enquanto promotora do projecto não o defendesse com alguma credibilidade e garra, não eram os de fora que iriam dar essa credibilidade. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida e pegando nas palavras do colega de bancada, Dr. Juan Apolinário, frisou a questão do rigor, porque tinha ouvido continuamente, da parte do executivo, dizer que eram 14.000.000,00 euros o valor das dívidas e que os documentos que lhes tinham sido apresentados continham uma dívida de 7.000.000,00 euros; que, perante aquele facto, todos os Mirenses gostavam de compreender qual a razão de o executivo ter falado, constantemente, no valor de 14.000.000,00 euros, quando na realidade os documentos indicavam outro valor.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Congratulou-se também pelo facto do relatório de actividades conter um número significativo de actividades o que fazia com que fosse um bom relatório, com algumas taxas de execução negativas e com a redução da taxa de despesas do pessoal. Relativamente à questão do Centro Cultural disse que tinha sido necessário algum rigor para que, o executivo tivesse esclarecido, na devida altura, porquê que tinha chegado aos 26,1% de trabalhos a mais ou seja 1,1% a mais do máximo admissível por lei; que, o relatório de gerência demonstrava a real situação da Câmara e do Município de Mira e não a situação que tinha sido passada e de forma enganosa nos jornais.-----

----- Usou da Palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Manuel Martins para relativamente à intervenção do Sr. Deputado Dr. Juan António dizer que o executivo não andava assim tão distraído e tão à parte da situação como o Sr. Deputado tinha referido porque até já tinham tido uma reunião na Universidade de Aveiro como o Sr. Vice-Reitor, Dr. Francisco Vaz. Na questão da dívida disse que poderia falar no valor de 7.651.000,00 euros mas que existiam compromissos a pagar na ordem dos 522.000,00 euros, compromissos futuros na ordem de 1.100.000,00 euros e despesas que aguardavam adjudicação de 3.000.000,00 euros; que, destes valores podiam ser tiradas algumas ilações. Na questão dos trabalhos a mais disse que tinha referido mais de 25% mas que, eram de 44%.-----

----- Mais uma vez interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para perguntar a quê que se referiam os valores que tinham sido mencionados pelo Dr. Manuel Martins uma vez que não constavam nos documentos.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Vice-Presidente Interveio e disse que passaria a palavra à Dr.^a Cristina Morais, Técnica da Contabilidade, para que pudesse dar mais alguns esclarecimentos.---

----- Usou da Palavra a Dr.^a Cristina Morais que começou por dizer que quando apontava para um valor de dívida da ordem dos 7.000.000,00 euros traduzia-se que o montante de dívida era apenas relativamente ao montante facturado menos o montante pago que era dado pelo valor de 8.818.017,19 euros à qual se devia juntar os empréstimos de médio e longo prazo cujo valor era de 4.833.598,09 euros; que, se atendesse não ao valor de dívida mas ao valor dos compromissos assumidos, podia atender-se ao mapa do controlo orçamental da despesa, que tinha sido facultado, onde constava um montante de compromissos assumidos no exercício de 11.552.798,99 euros e de 1.100.148,37 euros de compromissos de exercícios futuros; que, tinha de ser distinguido como era calculada, em termos de contabilidade, o valor de dívida que era o valor apenas entre o facturado e o pago ou o valor quando se falava em compromissos por pagar de 3.340.636,99 euros, como constava no mapa, que diziam respeito apenas a dívida de curto prazo, fornecedores e empreiteiros, havendo sempre que juntar o valor dos empréstimos de médio e longo prazo cujo o valor era de 4.833.598,09 euros. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan Apolinário para dizer que agradecia a explicação da Dr.^a Cristina Morais e como se tinha verificado pela explicação, para comparar valores tinham que ser usados os mesmos critérios; que, a dívida que existia em 2000 era uma dívida a curto prazo, para resolver situações de imediato, uma forma de resolver a falta de liquidez e de disponibilidade que havia para assumir compromissos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

imediatos. Questionou ainda se o valor do depósito a prazo que existia no B.P.I, do empréstimo que não estava titulado, estava a pagar alguma comissão de imobilização.---

----- A Dr.^a Cristina Morais interveio e relativamente ao empréstimo disse que o mesmo se referia à importância que tinha entrado nos cofres da Câmara e que não tinha sido utilizado; que, como a finalidade do empréstimo já não existia, (Expropriação Variante 2.^a Fase), na sua opinião seria de fazer a amortização do valor na medida em que o Tribunal de Contas não permitia que fosse utilizada para outra finalidade. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para em nome da bancada do Partido Social Democrata dizer que tinha votado favoravelmente porque, como tinha sido dito, as taxas de execução estavam registadas a um nível bastante bom, houve uma redução da percentagem das despesas com o pessoal no orçamento da Câmara Municipal de Mira e que tinha verificado que o endividamento não era o que tinha sido divulgado. ----

----- O Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro, interveio para dizer que se congratulava pela posição assumida pela bancada do Partido Social Democrata. -----

----- **PONTO TRÊS: “ Aprovação, nos termos do disposto no art.º 22.º do D.L n.º 197/99, de 08 de Junho, da 2.^a alteração orçamental / 2.^a Alteração ao PPI – Ano de 2006.”** -----

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente, Dr. Manuel Martins que começou por dizer que o ponto estava relacionado com um projecto de apoio à pesca costeira e que tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sido urgente iniciar o processo de concurso, sendo necessária a devida dotação orçamental de 300.000,00 euros para o ano 2007; que, estava a ser feito o procedimento concursal relativo à despesa que iria dar lugar ao encargo orçamental em mais do que um ano económico e por este motivo tinha que ter a aprovação da Assembleia Municipal. Disse ainda, mais concretamente, que o projecto referia-se à lota e a toda a sua envolvente. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan Apolinário para em nome da bancada do Partido Social Democrata, dizer que se tratava de um mero expediente administrativo e que não tinham nada a opor. -----

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida usou da palavra para dizer que se congratulava com o referido apoio à pesca costeira e à sua localização; que, seria bom que se fizesse e fossem aproveitados os fundos comunitários, nomeadamente do programa “Maris”. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Carlos Alberto Milheirão para dizer que não se chamava pesca costeira, que a pesca costeira era uma pesca com características completamente diferentes e fazer um reparo ao investimento que era feito pelas autarquias nestas matérias; que, a única entidade que levava algum dinheiro dos impostos, da venda do peixe era a “Doca Pesca” que estava sempre pronta a não investir nas instalações dos postos de vendagem. -----

----- Usou novamente da Palavra o Sr. Vice-Presidente para se congratular com as posições dos Srs. Deputados, agradecendo a simpatia. Relativamente à intervenção do



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sr. Deputado Carlos Milheirão disse que o apoio não era só para a Lota mas também para os apoios à pesca e aos armazéns de pesca.-----

----- Interveio mais uma vez o Sr. Deputado Carlos Milheirão para dizer que a “Doca Pesca” constrói também os próprios armazéns para depois os alugar por isso era de louvar a ideia e oferta da Câmara Municipal, em nome de todos os armadores da pesca de arte da Praia de Mira, por lhes serem criadas melhores condições para arrumarem as suas redes e outros, contudo não deixou de frisar que tudo aquilo que possa vir a ser feito em favor da “Doca Pesca”, na sua opinião era mal feito uma vez que a “Doca Pesca” é quer tinha a obrigação de investir; que, tinha tido informação de que a Praia de Mira era um dos postos de vendagem que mais lucro dava à “Doca Pescas” porque não gastavam lá nenhum dinheiro. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria** com uma abstenção do Sr. Deputado Carlos Milheirão.-----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

----- Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheirão para dizer que estava de acordo com o ponto em questão mas que não concordava que a “Doca Pesca” não investisse e apenas viesse buscar os lucros. -----

----- **PONTO QUATRO: “Autorização, nos termos do disposto na alínea m), do n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para desvinculação do Município de Mira da Sociedade**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Águas do Mondego, S.A. – Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Baixo Mondego-Bairrada, S.A.” -----

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente, Dr. Manuel Martins para dizer que tendo presente a informação da Divisão de Obras Municipais, onde constava uma análise técnica dos custos de exploração e qualidade de água e verificando que, o custo de água ao município correspondia a um aumento de 89% e que, atendendo a que a autarquia tinha uma dívida com a sociedade “Águas do Mondego” no valor de 163.000,00 euros, pelo período de dois anos e havendo a possibilidade de transmissão de acções, propunha a desvinculação do Município da Sociedade. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para dizer que tinha falado no furo da “Maçarico” e não do furo que tinha sido feito há três anos com 156 m, com o problema do chumbo; que, tinha documentos que provavam que era uma empresa credenciada pelo I.P.Q (Instituto Português de Qualidade), as análises tinham sido revistas pela Comissão Científica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e como tal eram análises credíveis. Tinha também as análises do furo que tinha sido feito com 355 m, que era um furo similar ao feito pela Câmara Municipal e que a capacidade de utilização era de 51.000 m³/ano, tendo sido limitada a capacidade pelo facto de não ser necessária e que a água era óptima. Tinha dito que a Câmara Municipal não tinha capacidade técnica para resolver o problema das águas mas que o Eng.º Rui Silva tinha feito um trabalho excelente. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida interveio para dizer que tinha gostado da explicação que tinha sido dada relativamente ao furo da “Maçarico”, congratulando-se pelo facto de saber da existência de um furo com bastante água e de boa qualidade. No tocante à proposta e documentos que tinham em mão disse que não explicavam nem esclareciam algumas dúvidas relativas à resolução do contrato; que, todos sabiam que a água era um bem cada vez mais escasso e que era difícil fazer uma gestão correcta da água para que chegasse para todos. Questionava assim o executivo se a água do furo era suficiente para abastecer o Concelho, se existia algum estudo técnico e devidamente fundamentado que demonstrasse para quanto tempo era suficiente a água, quem era a entidade que garantia a qualidade da água e durante quanto tempo, se existisse algum problema repentino com a água do referido furo qual seria a solução, se existia algum plano para o caso de urgência e de emergência, quais os custos de exploração, qual o número de pessoas da Câmara Municipal de Mira que iriam ficar afectas à manutenção e exploração do furo, etc. Resumidamente, disse que gostaria de saber todos os cálculos de exploração e abastecimento e se havia algum estudo fundamentado e devidamente pormenorizado para tomar uma posição tão arrojada. Disse também que o contrato tinha custos elevados mas que era um bem escasso e cada vez mais caro e questionou ainda se a Câmara Municipal por si só, conseguia concorrer ao IV Quadro Comunitário de Apoio porque tinha como exemplo a Câmara Municipal de Montemor que, com bastantes reservas, tinha aderido à Sociedade.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Sr. Deputado Gabriel Miranda Pinho para dizer que a nível Europeu e Mundial cada vez mais existiam pedidos para que houvesse uma maior união em sociedades, para haver uma maior facilidade em se conseguirem fundos; que, no caso concreto deparava-se com uma sociedade que já estava criada, já tinha tido os seus custos e que agora se iria sair dela; que, mais uma vez disse que os técnicos que tinham dado um parecer agora davam outro completamente contrário.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos para dizer que não tinha estado nas Assembleias anteriores mas que já tinha tido conhecimento, através dos jornais, que tinha sido apurado um custo médio da água de 0,19 euros/m³ e que gostava de saber o quê que o custo englobava.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Pedro Nunes para dizer que esperava que a referida desvinculação não fosse o princípio de mais desvinculações de compromissos assumidos na Assembleia.-----

----- O Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário interveio para dizer que a medida que a Câmara Municipal estava a tomar, aparentemente, lhe parecia uma boa medida porque ilibava de compromissos imediatos mas que, devia haver alguma ponderação para assentar a decisão em estudos e numa análise bastante criteriosa. Disse também que não era pelo facto de estarem unidos que estariam mais fortes, sendo de opinião que na candidatura aos fundos comunitários, em conjunto poderá ser feita de uma forma mais eficaz e neste caso estava a ser feito o inverso. Relativamente aos custos financeiros da operação e aos custos de exploração da água, nada lhes tinha sido dito e que os técnicos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Câmara Municipal, mais concretamente o Sr. Eng.º Rui Silva tinha feito um estudo bastante interessante mas que tinha sido o mesmo técnico que estava quando tinha sido tomada a outra decisão e, perante isto, questionou se tinha feito alguma consideração menos abonatória à adesão ou tinham-se mudado os tempos e com eles as vontades. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Luís Filipe Barreto para questionar há quanto tempo tinha sido feito o furo de 355 m. Disse ainda que tinha ficado surpreendido quando na última reunião da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Doutor Fernando Regateiro, tinha sugerido que o ponto era demasiadamente importante para ser discutido no período “antes da ordem do dia” e que era merecedor de uma reunião extraordinária; que, a decisão não tinha sido acatada mas que não deixava a discussão de ser menos importante ou de ter menos validade. Quis também protestar pelo facto de poder ter sido fornecido outro tipo de documentação para que pudessem ter analisado e verificado como tinha sido obtido o resultado dos 0,19 euros, o que tinha sido tido em linha de conta e que outras questões tinham sido contempladas. A questão da água não era vista em nenhum Concelho puramente como uma questão economicista; que, havia mais do que a questão economicista, existia todo um número de questões como as que tinham sido colocadas pelo Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida. -----

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara que começou por referir que a água era um bem essencial. Disse que não via, no imediato, nenhum benefício na adesão e que não podia garantir que a qualidade e quantidade da água se mantivessem mas que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em qualquer altura poderiam aderir quer às “Águas do Mondego”, quer às “Águas do Carvoeiro”.-----

----- Interveio o Sr. Vereador da Câmara Municipal, Dr. Miguel Grego que começou por dizer que como já tinha sido ali reconhecido a questão das águas era uma questão de alguma complexidade e que seria necessário algum arrojo para tomar tal decisão. Disse que não era técnico e não tinha a mesma capacidade e valia técnica na área mas, fruto das funções que desempenhava, tinha estado presente em várias reuniões onde tinha sido debatido o assunto; que, a água não podia ser vista de uma forma leviana e que em momento algum tinha sido dito que o Município teria de ficar para sempre de fora da Sociedade se saísse agora; que, a situação actual era de um gasto que se mantinha ao longo dos tempos sem nenhum benefício para o Município; que, não havia resposta conclusiva nem datas objectivas relativamente à questão, quando se viria a beneficiar do sistema intermunicipal “Águas do Mondego”; que, o objectivo de adesão às “Águas do Mondego” tinha sido água de qualidade mas que, tinha surgido uma situação interna com água de qualidade com recurso a um furo de profundidade e ainda a mais um furo, o chamado plano B, que já tinha sido aprovado pela CCDRC. As questões que tinham sido colocadas pelo Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida eram as que inquietavam também o executivo. Questionou, depois, se haveria alguma segurança e garantias na água vinda dos furos e se nas “Águas do Mondego” existiria essa garantia por exemplo se ocorresse uma poluição na barragem da Aguieira, qual seria o plano B que as “Águas do Mondego” teriam. No tocante à questão dos fundos comunitários disse que tinha sido



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bem ponderada e que o PEAASAR II (Plano Estratégico de Águas Residuais e Saneamento) definia-o de uma forma muito subjectiva e que quem estava à frente do plano era o dono dos sistemas intermunicipais de saneamento e o dono dos sistemas intermunicipais de abastecimento de água – “Águas de Portugal”; que, indubitavelmente, existiam interesses em que as Câmaras aderissem para financiar e não tanto para serem bem servidas; que, existiam dois exemplos práticos de qualidade da água e de abundância, um era o furo que a Câmara Municipal em bom tempo tinha feito e o outro era o furo da “Maçarico” sendo o próprio organismo central que estava a licenciá-los e a autorizá-los; que, não era uma questão simples e que na acta do dia 06 de Junho de 2005, muitos deputados das duas bancadas presentes referiam que o assunto seria um pouco verde e na sua opinião de facto estava um pouco verde e necessitava de ter amadurecido para fazer como tinha feito Montemor, que esperou mais um tempo para depois de uma análise atempada aderir ou não ou pelo menos aderir quando fosse previsível que a curto ou médio prazo pudessem usufruir daquilo que estavam a pagar porque só pelo facto de terem aderido a algo de que ainda não estavam a usufruir, a água teria de ter uma subida de 47%. Por outro lado, disse que não podia ser apenas uma questão economicista mas que deveria ter o seu peso, garantindo sempre a qualidade que tinha sido aferida por exemplo pelas análises que tinham sido feitas sistematicamente e pela própria CCDRC, entidade licenciadora, tinha entendido licenciar pelo menos mais um furo. Reportou-se ainda a uma expressão que tinha sido utilizada pelo anterior Presidente da Câmara Municipal, Dr. Mário Maduro, na qual era



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da opinião que se devia investir em captações no sul do Concelho o que demonstrava, mais uma vez, que a decisão tinha sido um pouco precipitada; que, a desvinculação se tratava de uma decisão arrojada mas na situação em que o Concelho se encontrava era necessário arrojo, audácia e coragem garantindo sempre o bem-estar das populações e no caso concreto a qualidade da água; que, havia uma tendência natural para levar os Municípios de alguma proximidade geográfica a aderirem-se num sistema de abastecimento de água com um único objectivo, financiar o saneamento; que, felizmente o Município de Mira tinha uma posição híbrida para o bem e para o mal uma vez que estava integrado na “AmRia” e na “SimRia”, questionando ainda a razão do porquê estarem a dar de ganhar às “Águas do Mondego” se esses ganhos não se reflectiam em quem estava a levar o saneamento. Terminou, dizendo que se o Município de Mira tinha a felicidade de estar num sistema de saneamento diferente do sistema de abastecimento poderia jogar neste campo mas que, sem dúvida, era uma decisão complicada. -----

----- Interveio o Sr. Eng.º Rui Silva, Chefe da Divisão de Obras Municipais, para dizer que tinha sido a primeira vez que lhe tinha sido pedido um estudo técnico sobre o assunto da água. Começou por dizer que o sistema de abastecimento de água do Concelho tinha duas origens: o sistema da Lagoa, com as captações daquela zona e o sistema de água comprada à “INOVA”/Câmara de Cantanhede. No sistema da Lagoa eram captados anualmente, cerca de 920.000 m³ dos quais eram facturados 654.000 m³ que correspondia a 78% do volume de água introduzida na rede. Das despesas directas



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com a bombagem e tratamento da água eram gastos por ano 11.000,00 euros de cloro e 8.000,00 euros de energia eléctrica; que, se a estes valores fosse acrescentado o custo do furo que tinha sido feito há pouco tempo e que tinha custado 50.000,00 euros e mais 50.000,00 euros de um segundo furo, que ainda não estava feito e considerando que a vida útil de um furo deste tipo era de 5 anos chegava-se a um valor de 0,12 euros/m³. Relativamente ao sistema da água comprada a Cantanhede disse que, a Câmara Municipal adquiria por ano 262.000 m³ de água ao preço de 0,41 euros/m³, que representava 22% da água introduzida no sistema, chegando assim a um preço ponderado de 0,19 euros/m³ que representava o preço do custo da água. Tinha sido proposto numa reunião com as “Águas do Mondego” que eles poderiam colocar água à entrada do Concelho a 0,35 euros/m³ que, comparado com o preço de 0,19 euros/m³ correspondia a um aumento de 89%; que, a Câmara ainda não tinha pago a dívida às “Águas do Mondego” no valor de 81.500,00 euros/ano e como já ia no segundo ano, já devia o dobro e ainda se o valor fosse dividido pelos m³ introduzidos no sistema por ano, 916.000 m³ que, comparado com o preço que tinha sido referido de 0,19 euros, daria um aumento de 46,8%, um aumento real mas que ainda não tinha sido reflectido nas taxas pagas pelos munícipes. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Luís Filipe Barreto para dizer que não tinha conseguido perceber como é que alguém que tinha referido por quatro vezes que “poderá correr bem” e “é arrojado” podia apresentar a proposta.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida que começou por dizer que o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego tinha referido por várias vezes que a tomada de posição tinha sido verde, só pelo facto de a tomada de decisão estar fundamentada num estudo não via como é que tornava a proposta mais madura. Relativamente ao plano B a que se tinha referido, disse que não lhe tinha sido explicado, em caso de catástrofe ou necessidade urgente daquele furo ficar afectado, qual a capacidade de resposta do Concelho. Também não lhe tinha sido dito se nas contas que tinham sido feitas pelo Eng.º Rui Silva já estava incluída a afectação dos custos com o pessoal ou se existiam outros custos.-----

----- O Sr. Deputado Dr. Luís Miguel Mingatos, interveio e disse que em Assembleias futuras a questão teria de voltar a ser debatida ou pelo menos melhor esclarecida. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para dizer que a decisão tinha sido tomada naquele sentido porque não existiam soluções técnicas que tinham sido apresentadas recentemente; que, tinham vivido uma década ou mais com água de muito pouca qualidade, tendo sentido isso no local de trabalho porque a água pública não dava garantias nem credibilidade aos produtos devido à sua fermentação. Referiu também que não lhe tinha sido respondido se o furo seria similar ao da “Maçarico”. Disse ainda que o lençol freático e as contaminações eram muito previsíveis; que, por vezes se tornava mais previsível a poluição na água de superfície do que no lençol freático e que só seria licenciado um furo se o local tivesse boa drenagem para que pudesse haver a reposição de água do referido lençol. Cada furo tinha a sua especificação mas no caso



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concreto do furo da “Maçarico” disse que até aos 38 m tinha sido encontrada areia fina amarelada, dos 38m aos 64m, calcário amarelo com níveis de areia fina, dos 64m aos 92m calcário cinza, dos 92m aos 244m argila cinzenta compactada com níveis da calcário amarelados e dos 244m aos 386, arenitos muito duros o que significava que a partir daquela profundidade já não tinha drenagem mas que, estava convencido que existiam zonas no Concelho que se poderia ir até aos 500m ou mais. -----

-----O Sr. Deputado Narciso Patrão usou da palavra para relembrar que tinha sido sempre de opinião que existia água em qualidade e quantidade suficiente para abastecer o Concelho, apenas necessitava de ser explorada e tratada, por este motivo estava de acordo com a desvinculação do Município de Mira das “Águas do Mondego”. -----

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara para dizer que a captação do furo da Câmara era similar ao furo dos “Maçaricos”.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Prof. Luís Lourenço para dizer que das explicações que tinham sido dadas, tinha chegado à conclusão que as “Águas do Mondego” saíam mais baratas do que a de Cantanhede, fazendo todo o sentido a desvinculação também de Cantanhede e passar a apostar em furos na zona sul, para abastecimento daquela zona. Não concordava com o plano B, dependente de Cantanhede pelo motivo de que se o Concelho de Cantanhede necessitar da água, não a iria fornecer ao Concelho de Mira. Segundo as informações do Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, a CCDRC estava disponível para acatar uma decisão, por parte do executivo, para a abertura de novos furos; que, estava de acordo mas que de alguma forma poderia ser um risco porque a um



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

hipotético problema que pudesse vir a existir disse que teriam sempre a salva-guarda das “Águas do Mondego”; que, na sua opinião não se podia viver isolado e que havia de ponderar todas as situações porque se há um ano o assunto estava um pouco verde como já tinha sido referido, actualmente não tinha dado conta de grandes modificações. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para dizer que estavam a partir de uma premissa de que o custo da água seria de 0,12 euros mas que, pela explicação que tinha sido dada pelo Sr. Eng.º Rui Silva, não tinha sido tão linear assim; que, deveriam ter obtido a mesma informação para evitar discussões inúteis e os valores poderiam não estar correctos porque lhe pareceram demasiado simplistas. -----

----- Usou da palavra o Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro para, na qualidade de Deputado dizer que a qualidade da água de Coimbra era intragável, tinha que comprar água de garrafão para beber porque a partir de uma determinada hora era como beber lixívia; que, era a água vinda da Aguieira, do sistema intermunicipal que abastecia Coimbra; que, a captação de água a céu aberto era das coisas mais arriscadas e que não tinha sido tão bem esclarecido como o Sr. Deputado Narciso Patrão, reconhecendo que estava verde e que tinha votado como verde mas que neste momento estava muito mais amadurecido com as explicações técnicas que tinham sido dadas: que, era errado dizer que as coisas estavam como há um ano porque existia uma nova realidade com a identificação clara de reservas de água no subsolo; que, as águas de superfície em albufeira eram as piores águas que se podiam ter, era um recurso certamente, mas que não era uma água boa, era uma água que tinha que ser muito bem tratada. Disse ainda



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o Concelho não devia desperdiçar a oportunidade, obviamente conscientes dos riscos que se possa correr que, os planos B deviam existir com águas de superfície e com outros furos que eventualmente se pudessem fazer porque o preço dos furos era aceitável comparativamente com a taxa que se tinha que pagar anualmente por ser sócio; que, permitia uma taxa de exploração mais barata que se podia reflectir em vantagens para os consumidores e relativamente aos encargos com os funcionários eram os mesmos. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria** com onze votos contra dos Srs. Deputados do Partido Social Democrata, Dr. Raul de Almeida, Dr. Juan Apolinário, Pedro Nunes, Dr. Luís Filipe Barreto, Dr. Luís Miguel Mingatos, Eng.º Virgílio Cravo Roxo, Gabriel Pinho, Manuel Inocência, Prof. Luís Lourenço, Albano Manuel Loureiro e Mário de Jesus Manata e doze votos a favor dos Srs. Deputados do Partido Socialista Prof. Doutor Fernando Regateiro, Eng.º Carlos Manuel Monteiro, Luís Filipe Cainé, Narciso Patrão, João Maria Nogueira, Prof. Maria Elzita, Eng.º Calisto Coquim, Prof. Ana Maria Baião, Paulo Manuel Reigota dos Santos, Marco António Custódio, António Cardoso e o Sr. Deputado Carlos Alberto Milheirão do MEL. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que a bancada do Partido Social Democrata tinha votado contra porque não tinham sentido que tinham sido esclarecidas todas as dúvidas que ali tinham sido levantadas: que, ainda estavam verdes



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

naquele assunto para tomar uma decisão tão importante como aquela e porque não lhes tinha sido respondido cabalmente nem tinham nenhum estudo em mãos que garantissem a qualidade, a quantidade e os custos. Mesmo depois da decisão ter sido aprovada gostava que a Câmara Municipal fizesse um estudo exaustivo para que existissem mais certezas relativamente a um assunto tão importante.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro para dizer que a sua bancada tinha votado a favor e que se sentia esclarecido. Aproveitou ainda para referir que se a CCDRC passava licenciamentos, tinha conhecimento de todo o estuário do subsolo do Concelho como tinha feito em Vagos onde existiam vários planos; que, o Concelho de Mira também poderia ter vários planos uma vez que o estuário de Mira não tinha menos caudal nem era menos rico que o deles. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheirão e disse que tinha votado a favor da integração do Município de Mira nas “Águas do Mondego” e que agora tinha votado também a favor da saída do Município de Mira da referida Sociedade porque se tinha sentido esclarecido, não na totalidade, mas certamente em mais de 90%.-----

----- **PONTO CINCO: “Autorização, nos termos do disposto na alínea m), do n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2000, de 11 de Janeiro, para constituição de Unidade de Acompanhamento e Coordenação, em parceria com o Município de Condeixa-A-Nova e a Associação Comercial e Industrial de Coimbra.” -----**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Manuel Martins interveio e disse que a referida constituição tinha essencialmente como objectivo o acompanhamento da gestão das áreas de intervenção dos projectos de urbanismo comercial com vista à melhoria das competitividades dos centros urbanos; que era uma associação sem fins lucrativos com comparticipação obrigatória da estrutura associada e a Câmara Municipal. O financiamento revestia a natureza do incentivo, não reembolsável de acordo com as taxas de 75% das despesas elegíveis. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para questionar o porquê do Município de Condeixa-A-Nova.-----

----- O Sr. Vereador Dr. Miguel Grego usou da palavra para dizer que depois de uma análise que tinha sido feita e devido ao número de projectos de urbanismo comercial que existiam, à partida todos estariam interessados na construção de uma UAC porque, teria mais valias para o sucesso do urbanismo comercial; que, nunca poderia haver projectos aprovados para todos os meios comerciais, apenas vinte unidades iriam ser aprovadas em todo o país. Que no caso concreto o objectivo tinha sido criar forças porque em todo o Distrito de Coimbra só havia um único projecto em nome individual, o da baixinha de Coimbra e todos os outros eram projectos de junção de vários Municípios; que, o único motivo tinha sido a proximidade geográfica e que apenas iriam ter em comum recursos humanos que iriam estar a meio tempo em cada um dos Municípios.-----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Neste momento ausentou-se da sessão o Sr. Deputado Eng.º Carlos Monteiro. -----

----- **PONTO SEIS: “ Aprovação, nos termos do disposto na alínea a), do n.º2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, da alteração do Regulamento da Piscina Municipal de Mira.”-----**

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Manuel Martins usou da palavra e disse que tendo em conta que a prática de actividades físicas e desportivas constituía um importante factor de equilíbrio, bem-estar e desenvolvimento dos cidadãos, sendo indispensável o funcionamento harmonioso da sociedade; que, considerando que o regulamento existente da Piscina Municipal apresentava algumas lacunas; atendendo a que o tarifário que estava a ser utilizado era o constante do regulamento da piscina que tinha sido publicado em Diário da República em 27 de Maio de 2002 que se encontrava totalmente desajustado e considerando que o regulamento geral de taxas e licenças, publicado em 29 de Março de 2005, continha uma nova tabela de taxas da piscina Municipal, sem que nunca tivesse sido colocado em prática, era proposta a alteração do regulamento. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.**-----

----- **PONTO SETE: “Aprovação do programa e caderno de encargos da concessão do Bar da Piscina Municipal, em cumprimento do previsto na alínea q), do n.º 2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal que começou por referir que atendendo a que na Piscina Municipal existia um espaço destinado a Bar passível de rentabilização; sendo certo que a sua rentabilização se concretizaria pela sua concessão e que esta era regulada pelos artigos 10.º a 14.º do Decreto-Lei n.º 390/82 de 17 de Setembro, conjugado com o regime jurídico da realização de despesas públicas e da contratação pública, estabelecido no Decreto-Lei n.º 197/99 de 08 de Junho, propunha a aprovação do ponto já mencionado.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para dizer que no programa de concurso, no artigo 10.º, remetia para o anexo I que não constava no programa. Em termos processuais era hábito pedir documentação comprovativa do não endividamento à Segurança Social, às Finanças e à Câmara Municipal que, também não aparecia mencionada.-----

----- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que na sua opinião devia ter sido mais valorado o critério da qualidade profissional e não ter valorado tanto os 80% do preço. Relativamente ao Decreto-Lei 390/82 disse que previa o direito de resgate para as entidades públicas devido ao interesse público e pela análise que tinha feito, não tinha visto o direito de resgate.-----

----- Interveio o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego para dizer que, relativamente à questão que tinha sido levantada pelo Sr. Deputado Dr. Juan António, seria de atender e de integrar no programa. Na questão do documento disse que era um documento tipo das declarações que se apresentavam e não um documento próprio do programa e por esse



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

motivo não tinha sido apenso, mas que iria ser apenso. No tocante à questão levantada pelo Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida disse que o preço não seria o único critério para escolher o adjudicatário, que teriam também em atenção a qualidade e a experiência. ----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria** com uma abstenção do Sr. Eng.º Calisto Coquim. -----

----- **PONTO OITO: “Aprovação do programa e condições da hasta pública para atribuição de lugares fixos para o exercício da actividade de Venda Ambulante na Praia de Mira, em cumprimento do previsto na alínea i), do n.º 2, do art.º53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”** -----

----- - Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António Apolinário para dizer que neste ponto já apareciam os documentos obrigatórios. -----

----- O Sr. Deputado Carlos Milheirão interveio e disse que existia uma disparidade enorme dos preços base de licitação dos vários lugares. -----

----- O Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal interveio para dizer que tinham seguido o anterior regulamento, mas que agradecia e registava a intervenção do Sr. Deputado. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria**, com uma abstenção do Sr. Deputado Carlos Milheirão. -----

----- **PONTO NOVE: “Aprovação do programa e condições da hasta pública para atribuição de lugares no Mercado Municipal da Praia de Mira, em cumprimento**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do previsto na alínea i), do n.º2, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.” -----

--- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal que fez uma breve exposição da proposta. -----

----- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria**, com uma abstenção do Sr. Deputado Carlos Milheirão. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

----- Interveio o Sr. Deputado Carlos Milheirão para dizer que o seu voto tinha sido naquele sentido por ter achado uma grande disparidade do preço base de licitação das barraquinhas dos gelados e amendoins, comparativamente às bancas do Mercado. -----

----- Tendo já sido tratados todos os assuntos em agenda, registou-se ainda a intervenção do Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que não sendo um desprezo para o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel Martins nem para o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, pessoas que bastante estima, lamentava a ausência do Sr. Presidente da Câmara Municipal porque a Assembleia Municipal era um acto solene e um órgão que lhes merecia toda a credibilidade. Solicitou ainda ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia que as reuniões da Assembleia fossem marcadas de acordo com a agenda do Sr. Presidente da Câmara Municipal de forma, a que estivesse presente. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Doutor Fernando Regateiro interveio para dizer que tem sido sempre, dentro da medida do possível e da



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

harmonização de agendas, tida em consideração a presença do Sr. Presidente da Câmara, agradecendo a reflexão do Sr. Deputado. -----

----- Usou da palavra a Sr.^a Deputada Prof. Maria Elzita para dizer que no anterior executivo o Sr. Presidente da Câmara Municipal também faltava muitas vezes, apesar de a bancada do Partido Social Democrata ter estado de acordo com a hora da realização da Assembleia Municipal, a Sr.^a Deputada demonstrou o seu descontentamento pela hora a que a sessão se tinha realizado, até porque os eleitos locais tinham dispensa para participar nas Reuniões da Assembleia, assim como, pela rapidez com que tudo tinha decorrido, dizendo que, se a sessão se tivesse realizado à tarde, tinha havido muito mais esclarecimento dos pontos. -----

----- Cumprida a ordem de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da mesa da Assembleia, foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido **concedida por unanimidade**.-----

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte e quatro horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
